

DF - Educação

EDUCAÇÃO

Professores decidem terça-feira se param ou suspendem as aulas de reposição negociadas depois de 54 dias de paralisação. Eles cobram promessas do GDF

Nova greve ameaça ano letivo de 2002

Érica Montenegro e Marcelo Rocha
Da equipe **Correio**

Os professores da rede pública de ensino se reúnem na terça-feira para discutir o andamento do acordo que pôs fim à greve passada. O Sindicato dos Professores (Sinpro) apresentará três propostas para a categoria: iniciar uma nova greve, fazer paralisações-relâmpago ou suspender as aulas de reposição.

O sindicato acusa o governo de não cumprir o acordo fechado no fim de abril, em reunião intermediada pelo arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, e pelo então procurador-geral do Ministério Público do Distrito Federal, Eduardo Albuquerque. Para retornar às salas de aula, depois de 54 dias de paralisação, os professores exigiram que o governo pagasse os dias parados e recontratasse os professores temporários demitidos.

Estes pontos, segundo o Sinpro, não foram cumpridos.

Na sexta-feira passada, a direção do sindicato recebeu ofício assinado pelo secretário de Fazenda, Valdivino Oliveira, informando que a parcela correspondente ao período de 7 e 31 de março seria depositado nas contas dos professores na última sexta-feira (28/06). O secretário se comprometia a adiantar em dois dias a data firmada no acordo (30/06). Como os depósitos não foram feitos, os professores ameaçam radicalizar. "Se até segunda-feira, o governo não nos pagar, o ano letivo corre risco", afirmou, ontem, o diretor de Imprensa do sindicato, César Santos.

De acordo com o Sinpro, o governo deve a dez mil professores que tiveram o ponto cortado durante estes dias. Cerca de três mil professores sequer receberam os salários dos seis primeiros dias de março. "A situação é

O ACORDO

Os professores entraram em greve no último dia 7 de março para reivindicar, entre outras coisas, aumento salarial (89,98%), reformulação do plano de carreira e pagamento dos tickets-alimentação. Em retaliação, a Secretaria de Educação demitiu, no início de abril, 86 professores com contrato temporário e cortou o ponto dos faltosos. Depois de uma árdua negociação, que envolveu até greve de fome, o governador Joaquim Roriz aceitou recontratar os professores demitidos e pagar os descontos de março.

insustentável. Os professores estão endividados por causa disso", afirma Antônio Lisboa, integrante do sindicato. Do total de 86 professores temporários

demitidos, 32 ainda não foram recontratados.

O **Correio** procurou a secretária de Educação, Ana Maria Villaboin, mas ela se encontrava em um encontro nacional sobre educação em João Pessoa, na Paraíba. O chefe de gabinete da Secretaria de Educação, Sinval Lucas, também não foi localizado.

O sindicato se exime dos prejuízos que uma nova greve ou o fim das aulas de reposição possam trazer aos alunos. "O caso do governo é que nos empurra para isso", afirma o diretor de Imprensa do Sinpro. A greve passada durou 54 dias. Iniciada em 7 de março, os alunos só voltaram para as salas de aula em 30 de abril. As aulas de reposição estão previstas para terminar apenas em 15 de janeiro do ano que vem. Na maioria das escolas, as aulas estão acontecendo aos sábados e os feriados prolongados têm sido cancelados.